

# **Os jesuítas no Rio de Janeiro e em Córdoba no século XVIII: uma análise comparada de suas atividades econômicas.**

Amantino y Marcia.

Cita:

Amantino y Marcia (2013). *Os jesuítas no Rio de Janeiro e em Córdoba no século XVIII: uma análise comparada de suas atividades econômicas. XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-010/940>

## **Os jesuítas no Rio de Janeiro e em Córdoba no século XVIII: uma análise comparada de suas atividades econômicas<sup>1</sup>**

Marcia Amantino<sup>1</sup>

Os jesuítas que chegaram a América portuguesa em 1549 acreditavam e procuraram de diferentes maneiras, comprovar que as terras da região do Rio da Prata pertenceriam à coroa lusa e que, portanto, nada mais natural que eles pudessem se estabelecer nestas localidades e converterem o maior número possível de almas. Esta crença ficou ainda mais fortalecida com a criação da Prelazia do Rio de Janeiro datada de 19 de julho de 1576. Por este documento, os limites desta Prelazia iam desde a capitania do Espírito Santo até o Rio da Prata, tanto pelo litoral quanto pelos sertões. A Diocese, criada apenas em 1676, manteve a mesma jurisdição territorial (Leite, 1945, tomo VI: 534).

Por volta do ano de 1557, alguns jesuítas que estavam na capitania de São Vicente informaram que lá viviam muitos castelhanos e que estes diziam haver índios Carijós no Paraguai desejosos de serem convertidos. Avisaram ainda que o bispo, Francisco de Victória, identificado erroneamente pelos padres como sendo da ordem de São Francisco, quando ele era na realidade, um dominicano, também ansiava pela presença dos inacianos em seu bispado. A informação continuava relatando que o próprio padre Manoel da Nóbrega quis ir para a região, mas que foi dissuadido pelo padre superior Luiz de Grã (Annaes BN, 1897:124). O argumento de Nóbrega para justificar sua ida era a de que os índios do Brasil já haviam dado claras indicações de que eram “gente de condição mais de feras bravas que de gente racional” e, conseqüentemente, havia pouca esperança de realmente controlar a terra e torná-los cristãos verdadeiros. Por outro lado, na concepção do jesuíta, os Carijós, índios que estavam sob o domínio dos castelhanos, eram muito mais dóceis e aceitavam plenamente os ensinamentos da fé. Mas havia também, uma outra razão apontada pelo padre e, esta de caráter mais prático. Segundo suas informações, a capitania de São

---

\* Esta comunicação faz parte de um projeto coletivo financiado pelo CNPq intitulado “Sobre o papel desempenhado pelos colégios e fazendas da Companhia de Jesus: um estudo comparado entre o Colégio do Rio de Janeiro e o Colégio de Córdoba - século XVIII” que envolve pesquisadores da Universidade Salgado de Oliveira e da Universidade do vale do Rio dos Sinos-UNISINOS.

<sup>1</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira-UNIVERSO.

Vicente estava se despovoando por causa da pobreza e seus moradores estavam adentrando o Paraguai. A ideia do religioso era que a Companhia de Jesus se estabelecesse por lá tendo “um ninho onde se recolhesse quando São Vicente se despovoasse” (Nóbrega, 1988:174).

O período da União Ibérica só reforçou estas ideias e, conseqüentemente, o incremento das relações comerciais entre as regiões, aumentando, por outro lado, os conflitos entre as populações. A vontade de Nóbrega de ter padres inacianos na parte que estava sob o domínio da Espanha foi finalmente concretizada por volta do ano de 1586. O início da presença dos jesuítas na região de Tucumã colonial tem ligação direta com as relações estabelecidas entre seu bispo, Frei Francisco de Victória, que era português, e o padre provincial do Peru, padre Piñas e o do Brasil, o padre Anchieta. Interessa-nos, neste momento, a relação do bispo com a América portuguesa, pois além de propiciar a entrada dos religiosos da Companhia de Jesus na região, o bispo de Tucumã também foi um dos responsáveis pela introdução do comércio, clandestino ou não, entre a América portuguesa e a região do rio da Prata. Joaquim Gracia, historiador jesuíta, cuja obra *Los Jesuítas en Córdoba*, foi publicada em 1940, fornece informações importantes para o entendimento da chegada dos inacianos à região e mostra o papel que a Província Jesuítica do Brasil teve neste estabelecimento (Gracia, 2006, tomo I).

Em 1585, saiu de Buenos Aires uma expedição financiada pelo bispo com o objetivo de atingir a cidade de Salvador, na Bahia. De acordo com Alice Canabrava, “os objetivos comerciais da expedição estavam mascarados com propósitos de trazer jesuítas da cidade da Bahia e de descobrir a rota de navegação para o Brasil” (Canabrava, 1984:83). A embarcação chegou a Salvador com cerca de 30.000 pesos em prata e ouro no início do mês de março e por lá ficou em torno de seis meses. A tripulação partiu no dia 20 de agosto de 1586 depois que o preposto do bispo, Diogo de Palma Carillo, comprou outro navio (Gracia, 2006, tomo I: 40). Além do preposto, faziam parte da tripulação o deão português Francisco de Salcedo e o montanhês Alonso de Vera, interessado no comércio de negros (Canabrava, 1984:83). Foram acompanhados em sua viagem de regresso por seis padres da Companhia e inúmeras mercadorias que compraram como escravos, utensílios para a fabricação de açúcar e peças de ferro. Receberam também do governador da Bahia, Manuel Teles Barreto, como se fossem presentes dados ao bispo, vários escravos e mais mercadorias avaliadas em 150.000 pesos e que provavelmente seriam vendidos em Tucumã. Neste percurso

pararam em vários portos e somente chegaram à boca do Rio da Prata em 20 de janeiro de 1587. Quando estavam quase chegando à Buenos Aires foram atacados por piratas ingleses e despojados de tudo o que traziam (Canabrava,1984:84).

Deixando de lado as questões econômicas do bispo e das relações comerciais entre a região de Tucumã e a América portuguesa por enquanto, e voltando aos primeiros jesuítas que chegaram à América espanhola, sabe-se que depois de refeitos do susto do ataque dos piratas ingleses e de terem descansado, rumaram para a região de Tucumã iniciando a conversão de índios, colonos e espanhóis na região de Santiago de Estero, Salta e em Córdoba. Surgiu então um problema administrativo. Os padres enviados do Brasil estariam sob a dependência do Provincial do Peru ou do Brasil? A solução encontrada foi muito mais política do que religiosa. Como Filipe II não queria que se misturassem as missões e negócios dos espanhóis com portugueses determinou que tais padres ficariam sob a dependência da Província Jesuítica do Peru, mas caso quisessem, poderiam voltar ao Brasil. Foi o que fizeram os padres Leonardo Armini e Esteban de Grão (Gracia, 2006:51). Permaneceram na região apenas três religiosos: um português, um catalão e um irlandês, demonstrando a gama variada de procedências dos padres da Companhia de Jesus (Kern, 1999:112-126).

Mas não foi só o bispo de Tucumã que realizou negócios entre as duas partes das possessões ibéricas. Charles Boxer, em 1952 já havia demonstrado as relações familiares e comerciais envolvendo a família de Salvador Correia de Sá, governador da capitania do Rio de Janeiro nos anos de 1568 a 1571 e depois em 1577 a 1598, e membros da elite administrativa da América espanhola. Os casamentos entre estes membros fortaleceram interesses financeiros e políticos e abriram caminho para facilitar a entrada e a permanência de pessoas nos dois lados da América (Boxer, 1973).

Em 1573, Don Jerónimo Luis de Cabrera havia fundado a cidade de Córdoba, posicionada em lugar estratégico, na confluência dos caminhos que ligavam Buenos Aires e, conseqüentemente, o litoral com as estradas que iam para Cuyo, Chile e, principalmente, com o Alto Peru, onde se localizava a cidade mineradora de Potosí. Progressivamente, Córdoba foi se transformando em um “importante centro de referencia económica, social y cultural de la región tucumana” (Peña, 1997:63).

Finalmente, em 1599, os padres jesuítas se estabelecem definitivamente em Córdoba abandonando suas missões volantes na região. A cidade havia sido escolhida

pelo superior, o padre Romero, para ser a sede do colégio em virtude de uma série de vantagens frente às outras regiões, cujo calor sufocante, as enchentes dos rios e a extrema pobreza de seus campos impediriam o avanço do projeto catequético jesuítico. Córdoba era “el corazón del territorio, y lugar de fácil confluência de las regiones... entonces pequeño núcleo de población, pero que, andando el tiempo, tendría que sobrepasar, a las demás ciudades de la Gobernación, por su rápido progreso material, espiritual y científico” (Gracia, 2006:84).

É exatamente a questão material de Córdoba que nos interessa para tentar demonstrar as ligações econômicas entre parte do império português, principalmente, Rio de Janeiro e África e os interesses de alguns colonos que viviam na região de Buenos Aires e de Córdoba. Busca-se ainda, demonstrar o papel ativo da Companhia de Jesus nestas relações não somente através de suas fazendas e haciendas, mas também através de suas transações econômicas.

Voltemos a alguns pontos apresentados de maneira factual acima, tentando desta vez, analisá-los numa perspectiva mais ampla. A escolha por Córdoba para sediar o Colégio Máximo dos Jesuítas não deve ter sido apenas pelas boas condições climáticas.

A disposição geográfica de Córdoba, associada ao clima e ao solo, propiciou condições favoráveis para a criação de gado, posteriormente substituído pelas mulas e para o cultivo de produtos variados (Schwartz, 2010:318). Somado a isto, desde 1588 Córdoba já era um centro de redistribuição também de escravos, através do comércio legal e da clandestinidade, vindos do Brasil e que entravam pelo porto de Buenos Aires, restaurado em 1580 pelos interesses dos comerciantes de Assunção e seguiam para o mercado de Potosi.

A ideia destes comerciantes havia sido transformar o porto de Buenos Aires numa rota alternativa a do Panamá visando o abastecimento de Potosi. A rota do Panamá pressupunha a utilização de mulas, o embarque das mercadorias até Callao e mais um caminho terrestre cruzando o Perú. Dali seguia para as Cordilheiras, atravessava o Altiplano e chegava a Buenos Aires (Villalobos, 1990:39). Todo este trajeto fazia com que as mercadorias chegassem a preços muito elevados e sem a

participação dos comerciantes de Assunção.<sup>2</sup> Para piorar a situação, eles não tinham como concorrer também com os produtos que entravam através de embarcações portuguesas, a região perdeu territórios e sua comunicação com o rio da Prata em 1616 quando foi finalmente desmembrada (Brezza, 2010:17). Os portugueses que já viviam em Buenos Aires e serviam de intermediários entre os compradores e os fornecedores de produtos, incluindo escravos, da América portuguesa há algum tempo foram os maiores beneficiados com esta nova configuração política e econômica.

A cidade de Potosi havia sido criada a mais de seis mil metros de altitude, numa região inóspita em 1545. A base de sua economia era a exploração de prata e a cada ano, a cidade recebia mais e mais pessoas em busca do enriquecimento. Por volta de 1546 sua população já beirava 14.000 habitantes; entre 1569 a 1581 já havia atingido a 120.000 pessoas. Em 1611 sua população foi estimada em 114.000 indivíduos e em meados o século XVI havia um total de 160.000 pessoas (Canabrava, 1984:35).

Para alimentar todas estas pessoas e abastecer a cidade com produtos cotidianos e de luxo, era necessário recorrer à importação proveniente das regiões vizinhas e da Europa. As cidades da região de Tucumã rapidamente tornaram-se abastecedoras deste mercado seja com produtos cultivados e criados ali mesmo, seja como ponto de redistribuição do que chegava pelo porto de Buenos Aires recebendo a prata como pagamento. Parte desta era novamente trocada por mercadorias no porto e os escravos eram uma das principais negociações. Significativa quantidade desta prata chegava à capitania do Rio de Janeiro e outra seguia para Lisboa através de contrabandos.

Desde estes anos iniciais a presença portuguesa nos portos espanhóis, principalmente em Buenos Aires, considerada “minúscula, isolada e mal policiada” (Phillips, 2011:333) se fazia notar. Entretanto, a partir de 1580 com a união das duas coroas a participação portuguesa no tráfico e no abastecimento da região aumentou bastante.

Não parece ser coincidência que no mesmo ano de 1580 os comerciantes de Córdoba tenham feito uma petição solicitando a entrada de mais escravos. Alegavam que o número de índios disponíveis para o trabalho havia diminuído muito, mas na

---

<sup>2</sup> Os comerciantes de Assunção acabaram por se ver fora dos benefícios econômicos, pois se no início do século XVI a cidade era tida como “amparo de la conquista” e “madre de todos”, rapidamente acabou isolada.

realidade, segundo Dora Celton, queriam participar do lucrativo comércio negreiro. Salienta a autora ainda que Córdoba tinha um “papel de articuladora entre el Alto Peru y Buenos Aires a través del comercio legal como del contrabando, el tráfico negreiro fue su principal actividad”(Celton, 2000:5-20). De Córdoba os escravos eram revendidos para o Norte para Potosi e Alto Peru para os trabalhos nas minas principalmente; para Leste para Assunção e Santa Fé e para Oeste, para o Chile (Cusnher, 1983:99).

Já no final do século XVI a preocupação com as mercadorias provenientes do Brasil, Angola e Guiné ou de qualquer outra região do império português já se fazia presente na documentação oficial. Um exemplo disto é a cédula real de 28 de janeiro de 1594 determinando que o vice rei do Peru, marquês de Canete averiguasse que “mercaderias y estancieros entran del Brasil por el Rio de La Plata de contrabando”. Continuava ordenando que não se consentisse a entrada ou o contrato de ferro, escravos e nenhum outro gênero. Todas as mercadorias só poderiam sair do porto de Sevilha, despachados pela Casa de Contratação.<sup>3</sup>

No século XVII o contrabando se acentuou bastante “debido a la proximidad de las colônias portuguesas, especialmente con la fundación de Sacramento, em 1680, en la orilla norte del rio de la Plata, frente a Buenos Aires, y la posesión de la isla de San Gabriel en las aguas del río” (Villalobos, 1990:41).

Seguindo as tropas que fundariam a nova colônia portuguesa, estavam os inicianos liderados pelo seu futuro superior na região, o padre Manuel Pedroso. No dia 10 de fevereiro de 1680 já haviam sido construídas quatro casas na nova colônia e uma delas era dos padres da Companhia de Jesus. Esta residência estava sob a administração do colégio do Rio de Janeiro e em seu catálogo de 1683 aparece com duas denominações: “Residência do Rio de la Plata” e “Residência da Nova Colônia dos Portugueses”. Em função de inúmeras lutas entre Portugal e Espanha pela região, esta residência também teve altos e baixos (Leite, 1945, tomo VI:544).

---

<sup>3</sup> Archivo General de la Nación Argentina-Biblioteca Nacional – Catálogo de reales cédulas - C.M.A.G.I. 3252 legajo 221. Doc. 928 – Real Cédula al virrey del Peru, marques de Canete para que averigüe qué que no consienta que por alli entren ni se contrate hierro, esclavos, ni ningun outro género de mercaderias del Brasil, Angola, Guinea, ni otra ninguma parte de a Corona de Portugal ni Indias orientales, sino fuere por Sevilla em navios despachados por la casa de Contratacion, así como gente natural ni extranjera, sin orden o licencia del Rey, Madrid. 28-1-1594.

## **O estabelecimento das estâncias, das fazendas e engenhos**

É neste contexto de crescimento econômico de Córdoba, da intensificação da busca por mercados, principalmente com Potosi e uma dependência dos escravos africanos que entravam pelo porto de Buenos Aires, que os jesuítas instituíram suas estâncias em Córdoba. As três primeiras, Caroya, Jesus María e Santa Catalina foram estabelecidas nos anos de 1616, 1618 e 1622, respectivamente, Alta Gracia em 1648 e Candelária em 1683.

Por outro lado, na capitania do Rio de Janeiro, os jesuítas tinham estabelecido suas propriedades há muito mais tempo. No final do século XVI, os inicianos já possuíam os Engenhos de São Cristóvão, do Engenho Velho e do Engenho Novo (1577), as Fazendas da Papucaia de Macacu (1571), de Santa Cruz (1589) e do Saco de São Francisco Xavier (?). No século seguinte, edificaram as fazendas de Santo Ignácio dos Campos Novos (1630), de Campos dos Goitaceses (1630), de Sant'anna de Macaé (1630).<sup>4</sup> Entre 1567 e 1616 o Colégio do Rio de Janeiro adquiriu mais treze terras, sendo seis por compras diretas e as restantes por doações particulares ou de sesmarias (Biblioteca Nacional, 1968:58-62).

Tanto na América espanhola quanto na portuguesa, as justificativas dos inicianos para a obtenção de terras, sejam por doações governamentais ou de particulares, compras ou permutas, foram as mesmas: elas eram necessárias para a geração de riquezas que viabilizariam as atividades de ensino dos colégios, as residências situadas nas cidades e a manutenção dos indígenas nas reduções/aldeamentos nas áreas longínquas ou de fronteiras ou mesmo nas proximidades das cidades. Neste último caso, além dos índios servirem como protetores da urbe em caso de ataques inimigos também eram usados como mão de obra para os serviços públicos e ou de particulares. Este foi o caso, por exemplo, das terras que os jesuítas solicitaram na região Norte da capitania do Rio de Janeiro em 1630, ano em que os holandeses, depois de várias investidas contra domínios lusos, invadiram Pernambuco e controlaram a produção de cana de açúcar. Havia, na população como um todo, o medo de que os holandeses depois de terem conquistado regiões africanas que abasteciam o Brasil com escravos e de terem chegado a Pernambuco, desejassem

---

<sup>4</sup> As datas referentes às fazendas e engenhos são do ano das doações das sesmarias. Destas fazendas, ainda não foram localizados os inventários da Fazenda do Colégio de Campos dos Goitacases, da Papucaia de Macacu e do Saco de São Francisco Xavier.

conquistar a parte sul da colônia obtendo assim o controle sobre a região do rio da Prata, ponto de contrabando controlado pelas elites fluminenses.

A ameaça possível de uma invasão holandesa foi uma eficiente arma usada pelos jesuítas para obterem terras numa região que estava começando a ser conquistada aos nativos: a planície dos Goitacases. Não foi coincidência que, neste mesmo ano, logo depois dos índios do aldeamento de São Pedro do Cabo Frio terem expulsado e matado inúmeros holandeses que tentavam desembarcar para retirar pau-brasil na região, o padre Francisco Fernandes, Reitor do Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro, aproveitando a boa graça em que tinham caído os índios, peticionasse ao Governador do Rio de Janeiro, o Capitão Mor Martim Correa de Sá, pedindo duas sesmarias para ampliar as terras deste aldeamento. Tais índios, segundo o documento, teriam sido essenciais para a expulsão dos holandeses e a manutenção da região. Todavia, eles precisavam de terras para criar seu gado e como estavam crescendo em número, precisavam de mais espaço. A idéia era aldear outros índios que estariam dispersos na região e que poderiam auxiliar no controle das terras. Alegavam também que, estando a região ocupada por indígenas catequizados, não haveria mais as possibilidades de desembarque dos inimigos da Coroa portuguesa e, conseqüentemente, estariam terminadas as incursões e contrabandos de madeiras. Os índios que comporiam este novo aldeamento, segundo o jesuíta, seriam provenientes do Aldeamento de São Pedro do Cabo Frio e outros vindos da capitania do Espírito Santo. O governador deu despacho favorável a seus pedidos.<sup>5</sup>

Do sucesso econômico das estâncias, engenhos e fazendas dependia a continuidade da evangelização do Novo Mundo e para isto, estas estruturas agrárias precisavam ser autônomas e com o mínimo de dependência do mercado. Ainda que algumas fazendas, engenhos ou estâncias tenham se especializado em um determinado produto, algumas mantiveram uma gama variada de investimentos, como foram os casos da estância de Santa Catalina, a fazenda de Santa Cruz e a de Campos dos Goitacases. As três criavam espécies variadas de gados, mas mantinham também as plantações de gêneros alimentícios, hortas e árvores frutíferas. No caso das duas

---

<sup>5</sup> Petição e carta de sesmaria apresentada por Antonio Fagundes procurador do Reverendo Padre Reitor Francisco Fernandes em 20 de novembro de 1630. BIBLIOTECA NACIONAL. *Livro de Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro*, p. 290 e ss. Note-se que desde o ano de 1627 a Capitania da Paraíba do Sul já estava dividida ente os Sete Capitães. Gonçalo Correa de Sá, Manuel Correia, Duarte Correia, Miguel da Silva Riscado, Miguel Ayres Maldonado, Antonio Pinto Pereira e João de Castilho.

fazendas do Rio de Janeiro, mantinham ainda, uma importante plantação de cana de açúcar. Toda esta produção servia para o consumo interno, o abastecimento das cidades e para o envio para os demais colégios da ordem em troca de outras mercadorias (Albores, Mayo e Sweeney, 1994:17-36; Amantino e Couto, 2013: no prelo).

As fazendas e engenhos da América portuguesa e as estâncias da América espanhola foram sempre estabelecidas em pontos estratégicos: perto dos aldeamentos, nas principais rotas comerciais e, quando possível, próximas a portos ou rios. Os principais objetivos destas escolhas eram manter a mão de obra indígena por perto em caso de necessidade de trabalhadores e ter rotas para escoar sua variada produção.

Segundo Josefina Pianna, os estabelecimentos jesuíticos formariam um “sistema” onde circulariam “productos y hombres” e as estâncias estariam “estrechamente associadas a las rutas y a los tráficos que, desde fines del siglo XVI, se van dibujando en el territorio” (Pianna, 2010:113).

A circulação de produtos, animais e homens foi essencial para a manutenção das variadas estruturas inicianas. As trocas realizadas entre elas permitiram não só o auto abastecimento da ordem, mas também a criação de um excedente que propiciou capital para a compra de produtos, terras e mão de obra de que necessitavam. É importante frisar que estas trocas e contatos entre as pessoas se davam não apenas entre as estâncias e fazendas, mas também entre elas e os aldeamentos indígenas, favorecendo, inclusive, relações sexuais entre escravos negros e os índios e a geração de uma prole mestiça.

Ao analisar os dados fornecidos por Ângela Maria Fernandez para a estância jesuítica de Alta Gracia, em Córdoba, pode-se perceber que entre esta estrutura e as que os padres possuíram na Capitania do Rio de Janeiro, havia várias semelhanças e estas permitem algumas inferências. As terras da estância haviam sido doadas à ordem jesuítica por Dom Alonso Nieto, após ter ficado viúvo pela segunda vez. Devido a sua elevada idade - 70 anos, não conseguiu inicialmente, seu intento de entrar na companhia, mas resolveu ainda assim, oferecer sua fortuna para os trabalhos da fé. Após esta doação, conseguiu finalmente ser aceito, mas apenas como irmão coadjutor, ou seja, nunca se tornaria um jesuíta de 4º voto. Estaria na congregação apenas para realizar tarefas consideradas menos importantes (Fernandez, 1989). Em 1646, os padres tomaram posse das terras, dos 26 cativos, das 500 vacas, 15 bois e 170 éguas avaliados em 26.743 pesos. Alguns anos mais tarde, conseguiram comprar as terras dos

Carmelitas e outras que eram limítrofes a sua, formando um complexo sistema agrário (Fernandez, 1994:53).

Situação parecida ocorreu na capitania do Rio de Janeiro. Em 1589, Marquesa de Ferreira, viúva de Cristovão Monteiro, sesmeiro de parte das terras que viria mais tarde a formar a fazenda de Santa Cruz, estava bastante doente e assinou uma escritura doando metade de suas terras aos padres da Companhia de Jesus. A outra metade pertencia a sua filha, mas em 1590, dias após a morte da mãe, esta aceitou trocar sua parte por outras terras que também pertenciam ao colégio do Rio de Janeiro (Biblioteca Nacional, 1968:189). A partir daí, os padres começaram sucessivas compras ou permutas na região. Em julho de 1616, os herdeiros de Manoel Veloso de Espinha venderam parte de suas terras; em 1654 foi a vez de Tomé Correia de Alvarenga e dois anos depois era Francisco Frazão de Souza que vendia uma sesmaria (Abreu, 2010, vol.1: 279). Estava formada assim a gigantesca fazenda de 10 léguas em quadra, ou seja, algo em torno de “dois milhões, duzentos e sessenta e cinco mil e cento e vinte metros quadrados” (Freitas, 1985:40).

O que teria levado os jesuítas a ter tanto interesse na montagem deste gigantesco complexo de terras? Uma possibilidade pode ser a sua localização estratégica. Pela fazenda atingia-se facilmente à capitania de São Vicente e seu litoral estava no caminho da rota que escoava a prata vinda de Buenos Aires (Fridman, 1999:186). Os peruleiros, embarcações com prata de Potosi e da região do Prata, paravam em terras da fazenda para comprar gado e pagavam com a prata. Por mais que as autoridades tentassem, controlar este comércio era bastante difícil devido às distâncias. Além disto, a partir das descobertas de ouro nas Minas Gerais, as terras da fazenda também se apresentaram como vias de entrada e de saída de homens e, mais importante, de ouro contrabandeado (Freitas, 1985:143).

Nos dois casos analisados, a doação inicial de uma parcela de terra para os religiosos foi o início de um processo posterior de compras com o objetivo claro de aumentar as extensões das propriedades, obtendo acesso à água abundante, terras para pastos ou plantações e riquezas extrativistas.

## **Os escravos da Companhia de Jesus**

Apesar de utilizar os escravos africanos em suas propriedades, a Companhia de Jesus manteve em algumas regiões, e na capitania do Rio de Janeiro isto significou pelo menos até o século XVII, escravos indígenas em convívio com negros e seus descendentes, iniciando assim, um progressivo acúmulo de cativos mestiços por parte da ordem. Diversas foram as origens desta população escrava, tanto na América portuguesa quanto na espanhola, mas parece que em sua fase inicial os jesuítas, assim como outras ordens religiosas e colonos, contaram com a força de trabalho dos índios em suas propriedades e gradativamente foram introduzindo africanos (Abreu, 2010, vol.2:36). Nas terras jesuíticas a presença de índios convivendo com negros era constante. Estes índios eram provenientes das missões ou aldeamentos, mas eram também “peças” doadas aos padres como esmolas, heranças e, em alguns casos, podia tratar até mesmo de prisioneiros de guerras justas.

O século XVIII foi o momento áureo do poder econômico dos jesuítas nas Américas e isto pode ser averiguado pela quantidade de escravos que mantinham em suas propriedades. Na segunda metade do século, a Companhia de Jesus era a instituição que possuía o maior número de escravos no continente americano (Alden, 1996:525). Cerca de metade de todos os escravos da Província Jesuítica do Paraguai estava sob a administração do colégio de Córdoba (Morner, 1985:100) e algo em torno de 45% de todos os escravos da Província Jesuítica Brasileira pertencia ao colégio do Rio de Janeiro. Isto significa postular que a ordem inaciana era uma das maiores proprietárias de cativos de toda a América uma vez que as duas cidades estavam inseridas entre as mais importantes dos dois impérios.

As propriedades jesuíticas da América portuguesa e da espanhola mantinham, ainda que adaptadas às realidades locais, as mesmas estruturas de trabalho. Os escravos atuavam em oficinas de carpintaria, ferraria, olaria, tecelagem, padaria, além das atividades ligadas à agricultura, à pesca e caça e a criação de animais de pequeno, médio e grande porte. Esta mão de obra especializada exercia atividades tanto nas fazendas quanto para a sociedade em troca de pagamentos. Os administradores alugavam esta mão de obra, principalmente aquela ligada à construção civil, por tarefas ou por tempos determinados.

Os que exerciam atividades que requeriam conhecimentos mais específicos eram mais caros e isto ficou evidente no momento em que as fazendas foram seqüestradas. Quase sempre seus valores foram superiores aos demais. A exceção disto era quando o escravo já estava velho demais. A fazenda da Papucaia, produtora principalmente de farinha para o abastecimento do colégio do Rio de Janeiro, da cidade e para a troca com o colégio de Angola por escravos, permite que pensemos em uma possibilidade de arranjos sociais ligando o exercício de uma função com o matrimônio e a formação de família. Com exceção de dois escravos, todos os demais que possuíam ofício/ocupação eram ou já haviam sido casados.

No momento da expulsão dos jesuítas na capitania do Rio de Janeiro, eles mantinham 3343 cativos distribuídos por suas nove propriedades agrárias e no interior do colégio. Esta população estava organizada em famílias e, para isto, contava com um número bastante equilibrado entre os sexos.

Tabela 1 - Escravos dos jesuítas distribuídos por fazendas e ou engenhos, Rio de Janeiro, século XVIII

<b>Propriedade</b>	<b>1738</b>	<b>1743</b>	<b>1757</b>	<b>1759</b>	<b>1768</b>	<b>1771</b>	<b>1775</b>	<b>1776</b>	<b>1779</b>
Colégio	?	?	?	41	?	?	?	?	?
Campos dos Goitacazes	?	500	820	681	?	?	?	?	?
Papucaia	216	225	223	317	?	?	?	?	?
Campos Novos	?	163	190	190	?	321	?	?	?
Engenho Novo	?	200	148	319	?	?	279	?	?
Engenho Velho	?	216	200	285	?	?	?	?	?
São Cristovão	?	250	235	329	?	316	?	?	?
Santana de Macaé	?	33	60	111	?	?	?	217	?
Santa Cruz	?	750	640	1016	1227	?	?	?	1206
São Francisco Xavier	?	?	?	54	?	?	?	?	?
<b>Total</b>	<b>216</b>	<b>2337</b>	<b>2516</b>	<b>3343</b>	<b>1227</b>	<b>637</b>	<b>279</b>	<b>217</b>	<b>1206</b>

Fonte: Arquivo Jesuítico – Roma - Catálogos breves e trienais – 1737-1757 ARSI, Br. 6/II - Arquivo Nacional Torre do Tombo, Catálogo Desembargo do Paço, Repartição da Corte, Extremadura e Ilhas. 1759-1760- maço 2038, cx. 1978. Auto de inventário da Fazenda da Papucaia, do Engenho Velho; de São Cristovão; da Fazenda de Santa Cruz. No Arquivo do Ministério da Fazenda. Códice 81.20.16. Auto de inventário da fazenda de São Cristovão de 1759; Códice 81.20.16. Auto de sequestro na Fazenda de São Cristovão e terras dela pertencentes em 1759

Apenas para realizar uma rápida comparação entre as fazendas do Rio de Janeiro e de Córdoba, escolheu-se uma das estâncias mais importantes que era Alta Gracia. Utilizando os dados fornecidos por Carlos Page, elaborou-se a tabela abaixo:

Tabela 2- Escravos da estância Alta Gracia, colégio de Córdoba, século XVIII

Ano	# escravos	Ano	# escravos	Ano	# escravos
1718	187	1733	196	1746	177
1720	139	1734	200	1747	205
1722	156	1736	190	1750	199
1723	151	1741	198	1753	200
1731	198	1743	188		

Fonte: PAGE, Carlos. *La estancia jesuítica de Alta Gracia*. Córdoba: Universidad Católica de Córdoba, 2004.

A população cativa desta estância manteve-se ao longo de 35 anos com certa estabilidade. Seu menor número foi 139 no ano de 1720 e o máximo que chegou foi a 205 cativos. É interessante perceber que a estância em questão era considerada um complexo fabril-agrícola e que “estava destinada a proveer de recursos al Colegio Máximo” (Fernandez, 1994:10).

Angela Maria Fernandez, analisando esta mesma propriedade, percebeu por meio do inventário feito no momento do sequestro dos bens dos jesuítas, em 1767, que a estância possuía 271 escravos. Destes, 123 eram homens e 148 eram mulheres.<sup>6</sup> A pirâmide etária desta população apresentava-se com uma acentuada concentração em sua base com 119 indivíduos com idades variando de zero a 14 anos, seguida de perto pela faixa dos que possuíam de 15 a 34 anos com 90 indivíduos. Percebe-se na pirâmide etária uma rápida diminuição no número de indivíduos na faixa de idade entre 35 a 54 anos (38 casos) e daí, para frente, os números caem bruscamente. Em 1771 foi realizada uma nova contagem entre os escravos da estância. Eles já eram 290 pessoas. 134 eram homens, sendo que destes, 64 eram casados ou viúvos e 70 estavam solteiros (aí incluindo as crianças masculinas); as mulheres eram em número de 156 e entre elas havia 78 casadas ou viúvas e 78 eram solteiras, incluindo as crianças femininas. Percebe-se que novamente, houve uma tendência em manter o número de mulheres um pouco acima do total de homens. Esta população estava dividida em 83 famílias, sendo que destas 19 eram formadas apenas pelo casal, 35 eram nucleares e 13 eram formadas apenas pelas mulheres e seus filhos, mas a documentação não deixa claro se eram viúvas ou não. Com relação à pirâmide etária, este inventário apresentou a mesma estrutura: uma base larga e um topo bem reduzido (Fernandez, 1994:15).

<sup>6</sup> Deste inventário não constam as relações familiares dos cativos.

Utilizando os registros efetuados no momento dos sequestros das estâncias foi possível elaborar a tabela abaixo que dá conta do número de escravos que os padres da Companhia mantinham e como eles estavam distribuídos pelas propriedades inicianas.

Tabela 3 - População escrava dos jesuítas distribuída pelas principais propriedades, Córdoba, 1767

<b>Propriedades</b>	<b>1767</b>
Colégio Máximo	323
Colégio de Monserrate	87
San Ignacio de Calamuchita	214
Caroya	136
Santa Catalina	448
Jesus Maria	246
Alta Gracia	278
Candelária	184
<b>Total</b>	<b>1916</b>

Fontes: TANODI, Branka (org). Temporalidades: Colégio Máximo de Córdoba, estâncias jesuíticas, inventário 1771: secuestro de los bienes. Córdoba: Encuentro Grupo Editor, 2011.

Pelos dados fornecidos pelos inventariantes das propriedades jesuíticas na América portuguesa e na espanhola, pode-se perceber a enorme presença de pessoas de ambos os sexos com idades que variavam a “de peito” até 15/16 anos. Esta é uma informação importante para o entendimento da composição escrava dos inicianos e de como eles se relacionaram com o mercado local e externo. Parece que a reprodução endógena foi escolhida pelos jesuítas como uma maneira de estabelecer uma escravaria organizada a partir das famílias formadas por índios, negros e seus descendentes. Esta opção gerou, evidentemente, uma população onde a maioria era mestiça. Algumas vantagens econômicas eram claras para os padres neste tipo de organização social além das relativas ao controle sobre esta população: os administradores temporais não necessitavam buscar mão de obra fora de suas próprias fazendas e engenhos e como consequência, a sua dependência do comércio negreiro africano era relativamente baixa (Pinto, 2010; Campos, 2011:84; Graça Filho, Pinto e Malaquias, 2007; Guzmán, 2010:101). Além disto, esta opção pela reprodução endógena favorecia a existência de um grande número de pessoas que, no futuro, abasteceriam a própria propriedade (Assunção, 2004:324).

## **Considerações finais**

A partir de uma análise comparativa entre as fazendas jesuíticas administradas pelo colégio da capitania do Rio de Janeiro e as haciendas que estavam sob a administração do colégio de Córdoba, buscou-se apresentar pontos de convergências e de diferenças entre as duas estruturas ocasionadas tanto por escolhas dos padres da Companhia de Jesus como motivadas por especificidades locais.

As duas cidades, Rio de Janeiro e Córdoba, eram no século XVIII, importantes centros coloniais dos impérios ibéricos, atuando sistematicamente como núcleos redistribuidores de mercadorias para o interior e também para o exterior. Desde pelo menos o século XVII, uma das principais mercadorias exportadas, ainda que clandestinamente, pelo porto do Rio de Janeiro para o de Buenos Aires eram os escravos. Deste porto os africanos seguiam para Córdoba e de lá, eram enviados para Potosi, Assunção e Chile. Além destes, Córdoba enviava também as mulas, produto basilar de sua economia.

Os inicianos se adaptaram as características das regiões inserindo-se em suas lógicas sociais, econômicas e políticas na condição de administradores de seus latifúndios, transformando-se em senhores de terras e de cativos, ao mesmo tempo em que mantinham os colégios como centros de formação religiosa e cultural, através dos quais difundiam crenças e dogmas e comportamentos morais desejáveis às sociedades. Vale ressaltar, que estes mesmos padres mantinham aldeamentos e reduções, nos quais controlavam centenas de braços aptos ao trabalho. Todas estas prerrogativas, somadas a privilégios econômicos dados pelas coroas ibéricas, provocaram ao longo de todo o período em que estiveram nas Américas, conflitos, desentendimentos e questionamentos com os colonos e em alguns casos, com as próprias autoridades. A situação foi ficando cada vez mais insustentável, até que em 1759 foram expulsos dos domínios portugueses e em 1767, dos domínios espanhóis.

Com a expulsão da ordem das Américas houve uma significativa alteração na política de catequização dos povos nativos, mas mudou também, a relação de uma significativa parcela de colonos com a posse das terras ocupadas até então, pelos religiosos.

## Referências Bibliográficas

- ABREU, Maurício de Almeida. *Geografia histórica do Rio de Janeiro, 1502-1700*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial Ltda & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010.
- ALBORES, Oscar; MAYO, Carlos; SWEENEY, Judith L. Esclavos y conchabados en la estancia de Santa Catalina, Córdoba (1764-1771). Notas para su estudio. In: MAYO, Carlos A (comp). *La historia agraria del interior: haciendas jesuíticas de Córdoba y el noroeste*. Buenos Aires: centro Editor de America latina, 1994.
- ALDEN, Dauril. *The Making of an enterprise: the Society of Jesus in Portugal, its Empire and Beyond 1540-1750*. California: Stanford University Press, 1996.
- AMANTINO, Marcia e COUTO, Ronaldo. De “curral dos padres” à gigantesca fazenda de Santa Cruz. In: ENGEMANN, Carlos e AMANTINO, Marcia. *Santa Cruz: Uma fazenda e seus muitos séculos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, no prelo.
- ASSUNÇÃO, Paulo de. *Negócios Jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: Edusp, 2004.
- BIBLIOTECA NACIONAL. História dos colégios do Brasil – manuscrito da Biblioteca Nacional de Roma (cópia). *Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XIX, Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1897.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Livro de Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1968.
- BOXER, Charles. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- BREZZO, Liliana M. La historia y los historiadores. TELESCA, Ignacio (coord.). *Historia del Paraguay*. Assunción: Taurus, 2010.
- CAMPOS, Adriana Pereira. Escravidão, reprodução endógena e criouliização: o caso do Espírito Santo no Oitocentos. *Topoi*, v. 12, n. 23, jul-dez, 2011.
- CANABRAVA, Alice. *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: Edusp, 1984.
- CELTON, Dora E. La venta de esclavos em Córdoba, Argentina, entre 1750 y 1850. *Cuadernos de Historia*, série Población, n. 2. Córdoba, 2000.
- CUSHNER, Nicholas P. *Jesuit ranches and the agrarian development of colonial Argentina. 1650-1767*. Albany: State University of New York Press. 1983.
- FERNANDEZ, Angela. La población esclava de la estancia jesuítica de Alta Gracia, Córdoba (1767-1771). *Congresso sobre Historia da população da América Latina*. Ouro Preto, julho de 1989.
- FERNANDEZ, Angela. La población esclava de la estancia jesuítica de Alta Gracia, Córdoba (1767-1771). MAYO, Carlos A. (comp.). *La historia agraria del interior, haciendas jesuíticas de Córdoba y el noroeste*. Buenos Aires: centro Editor de America latina, 1994.
- FREITAS, Benedicto. *Santa Cruz: fazenda jesuítica, real, imperial. A Era Jesuítica*, vol. 1. Rio de Janeiro: [s.ed.], 1985.
- FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Garamond, 1999.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro, PINTO, Carlos Fabio Vieira, MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamentos: o caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850. *Varia História*, vol. 23, n. 37, Belo Horizonte, jan-jun, 2007.
- GRACIA, Joaquín. *Los Jesuítas em Córdoba: desde la colônia hasta la Segunda Guerra Mundial*. Tomo I (1585-1626). Córdoba: Universidad Católica de Córdoba, 2006.
- GUZMÁN, Florencia. *Los claroscurros del mestizaje: negros, índios y castas em la Catamarca Colonial*. Córdoba: Encuentro Grupo Editor, 2010.
- KERN, Arno Alvarez. Nas fronteiras do Brasil meridional: jesuítas, bandeirantes e Guaranis. In: *Revista Oceanos*. Comissão nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, n. 40, out-dez, 1999.

- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.
- MORNER, Magnus. *Actividades políticas y económicas de los jesuítas en el Rio de la Plata*. Buenos Aires: Hyspamérica, 1985.
- NÓBREGA, Manoel da. *Cartas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.
- PEÑA, Gabriela Alejandra. *La evangelización de indios, negros y gente de castas em Córdoba Del Tucumán durante la dominación española, 1573-1810*. Córdoba: Universidad Católica de Córdoba, 1997.
- PIANNA, Josefina. *Las rutas de las técnicas y de los hombres: la Compañía de Jesús en la jurisdicción de Córdoba, siglos XVI al XVIII*. Córdoba: Instituto Goethe, 2010.
- PINTO, Carlos Fabio Vieira. *Família escrava em São João Del Rei: aspectos demográficos e identitários, 1830-1850*, mestrado UFSJ, 2010.
- SCHWARTZ, Stuart B e LOCKHART, James. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- TANODI, Branka (org). *Temporalidades: Colégio Máximo de Córdoba, estâncias jesuíticas, inventário 1771: secuestro de los bienes*. Córdoba: Encuentro Grupo Editor, 2011.
- VILLALOBOS, Sergio R. *El comercio y la crisis colonial*. Santiago: Chile, 1990.